



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 73/XIII/ 1.ª SL

Aos 14 dias do mês de setembro de 2016, pelas 11 horas e 45 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - **Proposta de Lei n.º 26/XIII/1.ª (ALRAA) - Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças e serviços de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores;**
Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD);
 - **Projeto de Lei n.º 277/XIII/1.ª (PCP) - Lei de Segurança Interna;**
Relator: Deputado Fernando Negrão (PSD);
3. **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente:**
COM (2016) 378 - Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de emprego altamente especializado;
Relator: Deputado Fernando Negrão (PSD);
4. **Admissão e distribuição de petições, designadamente:**
 - **Petição n.º 100/XIII/1.ª - " Pretende que a idade para ingressar nas Forças de Segurança e Forças Armadas seja aumentada";**
 - **Petição n.º 125/XIII/1.ª - "Liberdade de Circulação - Mobilidade Terrestre dos cidadãos estrangeiros refugiados ou imigrantes";**
 - **Petição n.º 156/XIII/1.ª - "Solicita a alteração da designação "sexo" por "género" no cartão de cidadão e demais documentos de identificação e a introdução do género "neutro" no cartão de cidadão, a pedido do seu titular";**
5. **Apreciação e votação do relatório de atividades da 1.ª sessão legislativa;**
6. **Apreciação e votação dos dois requerimentos apresentados pelo do Grupo Parlamentar do PSD para audição da Ministra da Administração Interna e do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil;**
7. **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, foi comunicada a baixa à comissão das seguintes iniciativas legislativas:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 73/XIII/ 1.ª SL

PROPOSTAS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PPL 27/XIII/1.ª (GOV)	Estabelece o regime jurídico da realização de testes, de exames médicos e de outros meios apropriados aos trabalhadores do Corpo da Guarda Prisional com vista à deteção do consumo excessivo de bebidas alcoólicas, consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas e produtos análogos.	<i>Foi deliberado não nomear relator, uma vez que a respetiva discussão em Plenário se encontrava agendada para o dia 16-09-2016.</i> Obs.: Foi deliberado solicitar Pareceres ao CSM; ao CSMP; à OA e à CNPD.

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	ASSUNTO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
PJR n.º 456/XIII/1.ª (CDS-PP)	Recomenda ao Governo que, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2012, e não obstante a adoção de medidas de âmbito regional, sejam acionadas em relação à Região Autónoma da Madeira medidas idênticas às adotadas em 2012.	Comissão competente: CAM (7.ª) (em conexão: CACDLG)
PJR n.º 457/XIII/1.ª (PS)	Recomenda ao Governo da República a implementação de um projeto piloto sobre a utilização de meios aéreos para o combate aos incêndios na Região Autónoma da Madeira	O Grupo Parlamentar proponente solicitou a discussão da iniciativa em Plenário
PJR n.º 460/XIII/1.ª (BE)	Recomenda ao Governo a adoção de um conjunto de prioridades para a reforma do novo mapa judiciário	Agendada a sua discussão para a reunião plenária de 21-09-2016

No segundo ponto, procedeu-se à apreciação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 26/XIII/1.ª \(ALRAA\)](#) - Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças e serviços de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores, que foi apresentado pela respetiva relatora, a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) e, no final, submetido a votação (Partes I e III), foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Em seguida, o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) fez uma interpelação à mesa, protestando pelo facto de já se encontrar agendada, para o dia 21 de setembro próximo, a discussão em Plenário de uma proposta de lei do Governo sobre a Lei da Organização do Sistema Judiciário, sem que o texto da iniciativa tivesse dado entrada

Aprovada em 07-10-2016

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 73/XIII/ 1.ª SL

ou fosse do conhecimento dos grupos parlamentares, o que comprometia a discussão informada e aprofundada da mesma, nomeadamente em sede de Comissão, tendo o Senhor Presidente confirmado que, até àquele momento, a referida iniciativa ainda não dera entrada nem baixara à Comissão.

Seguiu-se a apreciação do parecer sobre [Projeto de Lei n.º 277/XIII/1.ª \(PCP\)](#) - Lei de Segurança Interna, que foi apresentado pelo respetivo relator, o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) e, após a intervenção do Senhor Deputado António Filipe (PCP), aprovado (Partes I e III) por unanimidade, na ausência do PEV.

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, foi apreciado o relatório sobre a [COM \(2016\) 378](#) - Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de emprego altamente especializado, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD), e, no final, aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No ponto seguinte, foram admitidas e distribuídas as seguintes petições:

- [Petição n.º 100/XIII/1.ª](#)- "Pretende que a idade para ingressar nas Forças de Segurança e Forças Armadas seja aumentada", tendo sido designada relatora a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) – inicialmente fora distribuída à Comissão de Defesa Nacional (3.ª), que solicitou a redistribuição (parcial) à 1.ª Comissão apenas na parte relativa ao aumento da idade máxima para ingresso nas Forças de Segurança (35 anos) e no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (25 anos);

- [Petição n.º 125/XIII/1.ª](#) - "Liberdade de Circulação - Mobilidade Terrestre dos cidadãos estrangeiros refugiados ou imigrantes", tendo sido designada relatora a Senhora Deputada Susana Amador (PS) - inicialmente fora distribuída à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas (6.ª), que solicitou a respetiva redistribuição à 1.ª Comissão.

[Petição n.º156/XIII/1.ª](#) - "Solicita a alteração da designação 'sexo' por 'género' no cartão de cidadão e demais documentos de identificação e a introdução do género 'neutro' no
Aprovada em 07-10-2016



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 73/XIII/ 1.ª SL

cartão de cidadão, a pedido do seu titular, tendo sido designada relatora a Senhora Deputada Sandra Cunha (BE).

No quinto ponto da ordem de trabalhos, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, o Relatório de Atividades da 1.ª Sessão Legislativa.

No sexto ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação conjunta dos dois requerimentos, apresentados pelo Grupo Parlamentar do PSD, um deles solicitando a audição da Senhora Ministra da Administração Interna e do ex-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), em virtude da demissão deste, com o objetivo de apurar as implicações decorrentes dessa demissão, nomeadamente no que concerne à eficácia no combate aos incêndios florestais, e o segundo, aproveitando a vinda da Senhora Ministra, com o objetivo de a ouvir sobre uma outra matéria, a da inexistência, até à data, de Resolução do Conselho de Ministros a aprovar regime de exceção que permita aos Bombeiros Voluntários faltarem ao serviço, sem limites de faltas, para poderem acorrer ao combate aos incêndios durante o período Charlie, que foram apresentados pelo Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD)

No debate que se seguiu, o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) levantou questões de ordem regimental quanto à audição do ex-Presidente da ANPC, uma vez que com a respetiva demissão cessou qualquer vínculo com a Administração, ficando na sua disponibilidade comparecer, ou não, na audição solicitada.

O Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) concordou com a intervenção do Senhor Deputado Jorge Lacão (PS), esclarecendo que o que estava em causa era a audição, e não a forma de convocação, posição que mereceu a concordância do Senhor Deputado Telmo Correia (CDS) por considerar relevante a audição.

Também o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) concordou com o sentido útil dos requerimentos apresentados.

Já o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) referiu não considerar razoável a audição do ex-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, já que fora este a



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 73/XIII/ 1.ª SL

solicitar a sua demissão, não se encontrando já a exercer funções. Assim, recomendou que se prescindisse da sua audição, ou então que os pedidos fossem desagregados, com vista à sua votação em separado.

Por sua vez, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) reiterou não colocar entraves às duas audições.

Em consequência, o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) concordou com a sugestão feita quanto à utilização do termo «convidar» - e não «convocar» - o ex-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil e declarou não se opor à desagregação do requerimento.

Por fim, procedeu-se à votação em separado das duas audições requeridas, tendo sido aprovada por unanimidade, na ausência do PEV, a audição da Senhora Ministra da Administração Interna, e aprovada, com votos a favor do PSD, do BE, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do PS a audição, sob a forma de convite, ao ex-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Por último, no ponto respeitante aos outros assuntos, o Senhor Presidente solicitou aos Senhores Deputados que fizessem chegar sugestões para o Plano de Atividades da 2.ª Sessão Legislativa e aproveitou, ainda, para apresentar os novos assessores da 1.ª Comissão, que ali se encontravam presentes.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de setembro de 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 73/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Elza Pais
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
Jamila Madeira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Pedro Delgado Alves
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Teresa Moraes
Vânia Dias da Silva
Jorge Lacão
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
António Gameiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Paulo Rios de Oliveira